

LEI No. 16/97

Cria o Conselho Municipal de Educacao do Municipio de Campos Altos/MG., e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Campos Altos/MG., aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1o.: Fica criado o Conselho Municipal de Educacao-C.M.E- do Municipio de Campos Altos/MG., em caráter permanente, como órgão autônomo, consultivo e de deliberacao coletiva em matéria de Educacao, no âmbito municipal.

Artigo 2o.: Sem prejuízo das funcões do Poder Legislativo, é competência do Conselho Municipal de Educacao-C.M.E pronunciar-se sobre:

- I - Diretrizes da política municipal de educacao;
- II - Regimento, calendário e currículos comuns às Escolas Públicas;
- III- Aplicacao de recursos destinados à Educacao do Municipio;
- IV - Localizacao e ampliacao das escolas públicas;
- V - Plano Municipal de Educacao;
- VI - Levantamento anual da populacao em idade escolar e propor alternativas para seu atendimento;
- VII- Incentivo à integracao das redes do ensino municipal, estadual, federal e particular no âmbito do Municipio e,
- VIII- Manifestar-se sobre outros assuntos ligados à Educacao.

Artigo 3o.: O Conselho Municipal de Educacao-C.M.E- terá a seguinte composicao:

I - MEMBROS NATOS:

- a) Chefe Depto. Municipal de Educacao, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, como Presidente e;
- b) Prefeito Municipal, como Presidente de Honra

II - MEMBROS DESIGNADOS

- a) 01 representante do Diretores da rede Municipal de Ensino;
- b) 01 representante dos Diretores da rede Estadual de Ensino;
- c) 01 representante do Depto. Municipal de Educacao, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;
- d) 01 representante da Câmara Municipal de Campos Altos/MG., indicado pelo seu Presidente em exercício;

- e) 01 representante da Comissão Municipal de Educação;
- f) 01 representante da Secretaria Estadual de Educação (Inspetor);
- g) 01 representante do Depto. Municipal de Saúde e Assistência Social, indicado pelo Prefeito;
- h) 01 membro de notório saber jurídico, indicado pelo Poder Executivo;
- i) 01 representante dos Professores;
- J) 01 representante do setor industrial e comercial.

Parágrafo primeiro: Os membros referidos no item II, serão eleitos e/ou indicados por seus pares, para um período de 02 (dois) anos.

Parágrafo Segundo: Os membros eleitos e/ou indicados terão os respectivos suplentes, que os substituirão no impedimento, ou afastamento ou qualquer ausência.

Parágrafo Terceiro: Na ausência ou impedimento do Presidente, a Presidência do C.M.E será assumida pelo seu suplente.

Artigo 4o.: Os membros eleitos ou designados, para comporem o Conselho Municipal de Educação, serão nomeados por Decreto, até 30/06/97 e serão empossados pelo Prefeito Municipal.

Artigo 5o.: O C.M.E- reger-se-á pelas seguintes disposições que se refere a seus membros:

- I - O exercício da função de Conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante;
- II - Perderá o mandato o Conselheiro indicado que, sem razão justificada, faltar a (03) três reuniões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas, no decorrer do seu mandato.

Artigo 6o.: O C.M.E terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

- I - O Órgão de deliberação máxima é o plenário;
- II - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, nos finais de cada bimestre, e sempre que convocado, extraordinariamente, pelo Presidente;
- III- Para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do C.M.E, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;
- IV - A ausência de qualquer membro não impedirá o funcionamento do Conselho, ressalvado o disposto no Inciso III, deste artigo;
- V - Cada membro do C.M.E terá direito a um único voto na sessão plenária;
- VI - O Presidente terá, além do voto comum, o de qualidade, bem assim a prerrogativa de deliberar ad-referendum do plenário;

VII- As decisões do C.M.E serao consubstanciadas em resoluções.

Parágrafo Único: O relatório anual das atividades do C.M.E deve ser encaminhado ao Prefeito e à Câmara Municipal.

Artigo 7o.: O Departamento Municipal de Educacao, Cultura, esportes, Lazer e Turismo prestará apoio técnico administrativo ao funcionamento do C.M.E.

Artigo 8o.: O C.M.E. elaborará seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgacao desta lei.

Artigo 9o.: As despesas decorrentes com a execucao desta Lei, correrão por conta de dotacoes próprias já inseridas no orcamento Programa do Municipio, para o exercício de 1997.

Artigo 10o.: Revogam-se as disposicoes em contrário.

Artigo 11.: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicacao.

Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG., 25 de Junho de 1997.

[Assinatura]
GERALDO BARBOSA LEO JUNIOR
Prefeito municipal

Aprovado

Stomper Roberto da silveira

Seu Leandro SS

Carlos Magno Junior
Benedito Indrad

F. Barnalho

Vilente de Paulo matos
[Assinatura]

Abstenção

[Assinatura]

Câmara Municipal de Campos Altos

[Assinatura]
Jesus Cardoso
Presidente

Aprovado em 24/06/97

Projeto Lei N.º 17/97

JUSTIFICATIVA

O presente projeto vem atender a solicitações das instâncias federal e estadual.

A implantação deste Conselho visa maior participação do Município nas tomadas de decisões e acompanhamento de todo o processo educativo.

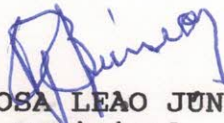
A nova LDB trouxe como obrigação se definiu como sistema; e todo sistema tem o seu Conselho.

Por estes motivos, apresentamos este projeto para apreciação, esperando a aprovação pelos membros dessa casa.

Devido à exiguidade de tempo, solicitamos que isto se faça em caráter de urgência.

Para maior agilização, declaramos que a Chefe do Depto. Municipal de Educação se coloca à disposição da Comissão da Câmara, aqui na Prefeitura, para os esclarecimentos que se fizerem necessários, uma vez que o projeto deverá ser aprovado até o dia 25 do corrente mês.

Atenciosamente,



GERALDO BARBOSA LEÃO JÚNIOR
Prefeito Municipal

Aprovado em 24 / 06 / 97
Projeto Lei N.º 17197